

Coordenadores

WILSON PINHEIRO JABUR
MANOEL J. PEREIRA DOS SANTOS

PROPRIEDADE INTELECTUAL

**criações industriais, segredos de negócio
e concorrência desleal**

Editora Saraiva

São Paulo, 2007

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Propriedade intelectual : criações industriais, segredos de negócio e concorrência desleal / Wilson Pinheiro Jabur, Manoel J. Pereira dos Santos, coordenadores. — São Paulo : Saraiva, 2007. — (Série GVlaw)

Bibliografia.

1. Propriedade intelectual - Brasil I. Jabur, Wilson Pinheiro. II. Santos, Manoel J. Pereira dos. III. Série.

06-7176

CDU-347.78(81)

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	VII
<i>Prefácio</i>	IX

1 AS BASES CONSTITUCIONAIS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DAS CRIAÇÕES INDUSTRIAIS

1.1 Por que falar em Constituição?	3
1.2 Natureza constitucional dos direitos de Propriedade Intelectual	4
1.3 As tensões abrigadas em sede constitucional	19
1.4 Os princípios constitucionais da Propriedade Intelectual	49
1.5 Princípios aplicáveis à Propriedade Industrial em geral	54

2 REQUISITOS BÁSICOS PARA A PROTEÇÃO DAS CRIAÇÕES INDUSTRIAIS

2.1 Uma introdução conceitual	101
2.2 Tipologia de patentes — patente de invenção e de modelo de utilidade	104
2.3 Natureza jurídica	105
2.4 Legislação de patentes	106
2.5 Condições legais de obtenção de uma patente	109
2.6 O que não é patenteável pela Lei n. 9.279/96	122
2.7 Conclusão	127

3 DELIMITAÇÃO DO ESCOPO DA PATENTE

3.1 Introdução	133
3.2 Os direitos conferidos pela patente e as exceções	133
3.3 A interpretação das reivindicações	161

4 DOCTRINA DOS EQUIVALENTES EM DIREITO DE PATENTES

4.1 Da doutrina dos equivalentes em direito de patentes	185
4.2 A leitura da exclusividade	185
4.3 Doutrina dos equivalentes	200
4.4 A análise da equivalência	227
4.5 O procedimento de análise de equivalência	262

5 OS REQUISITOS DE NOVIDADE E ORIGINALIDADE PARA A PROTEÇÃO DO DESENHO INDUSTRIAL

5.1 O surgimento da tutela do desenho industrial	271
5.2 O objeto da tutela	272
5.3 Funcionalidade e estética	274
5.4 O desenho industrial consiste em criação estética	277
5.5 Novidade e originalidade	285
5.6 Separabilidade da função técnica	287
5.7 Considerações finais	294

6 CUMULAÇÃO DE REGIMES PROTETIVOS PARA AS CRIAÇÕES TÉCNICAS

6.1 Intróito	299
6.2 Da necessidade de compreender a diferença de proteções	301
6.3 Da cumulação de proteções	322

7 PRESSUPOSTOS DO ATO DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

7.1 Introdução	337
7.2 Breve análise da evolução da disciplina da concorrência desleal	338
7.3 Caracterização do ato de concorrência desleal	347
7.4 Os pressupostos do ato de concorrência desleal	365
7.5 Parasitismo	378
7.6 Considerações finais	380

<i>Índice</i>	387
---------------	-----